

SINGULARIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DO PRONERA NO PARÁ – DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO ESPAÇO RURAL AMAZÔNICO

Denival de Lira Gonçalves

Mestre em Ciências e Meio Ambiente, Coordenador Estadual do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Universidade Federal do Pará - UFPA, denivalg@bol.com.br

Juliany Serra Miranda

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI.

Universidade Federal do Pará - UFPA, juliany_serra@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar e discorrer sobre as contribuições das ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, através do curso de nível médio integrado com curso profissionalizante de agropecuária, desenvolvido na Casa Familiar Rural do município de Cametá tendo como elemento primordial a Educação do Campo baseada na Pedagogia da Alternância atribuída à realidade das populações rurais e ribeirinhas. Pautado em uma educação coletiva de formação humana e de valorização da realidade dos indivíduos do campo em seus vários aspectos, o projeto proporcionou visibilidade aos indivíduos alijados das políticas públicas de educação do campo através do Pronera na Região do Baixo Tocantins, contribuindo para a garantia de cidadania ao congregar conhecimentos educacionais básicos inerentes à estrutura epistemológica técnica, permitindo desta feita, aprendizagem significativa e indispensável à potencialização do meio rural e desenvolvimento do homem amazônida paraense.

Palavras-Chave: Educação Integradora, Pedagogia da Alternância, Aprendizagem Significativa.

Introdução

Enquanto ponto de referência da indissociabilidade com os movimentos sociais, a Educação do Campo, enquanto ação dinâmica de construção e reconstrução se destaca como marco por excelência no sentido de garantir aos sujeitos do espaço geográfico do campesinato, os direitos ao desenvolvimento pleno de sua cidadania e uma educação para a transformação social e o desenvolvimento humano (PRAZERES, 2012).

Diante das lutas e dos anseios dos trabalhadores do campo, das reivindicações e proposições por uma política de Educação do Campo comprometida com a justiça social por meio da democratização do acesso à escolarização, nasce em 16 de abril de 1998, através da Portaria nº. 10/1998 do então Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Hoje sob a tutela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e amparado pelo Decreto nº. 7.352/2010 de 04 de novembro de 2010, o Pronera em suas diretrizes mantém o compromisso de promover o acesso à educação profissional e tecnológica com perfis adequados às características da

população rural, assim como ações voltadas a formulação de projetos nos demais níveis de ensino básico, de nível superior e de pós-graduação.

Nesta perspectiva o presente trabalho tem por objetivo a socialização da experiência de Educação do Campo, através de um curso de nível médio integrado/profissionalizante, através do Pronera na região amazônica tocantina no Estado do Pará, onde está localizado o município de Cametá. Assume dessa forma, importância primordial no sentido de destacar a necessidade de fortalecimento dessa experiência e a continuação de projetos educacionais desta natureza na em um Estado carente de oferta educativa às populações tradicionais. Desponta como um diferencial de atuação nos espaços socioeducativos amazônicos, incorporando enquanto política pública peculiar e desafiadora numa região de carências formativas escolares de níveis elevados.

Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e o limiar do desafio na Amazônia Tocantina.

O sentido de uma Educação verdadeiramente do Campo, perpassa pela seguridade e defesa de um projeto político de construção do agricultor atendido em seus direitos enquanto cidadão e protagonista de sua própria história educacional. Para Munarim (2011, p. 28), a Educação do Campo deve ser pensada para *a emancipação humana, que tem no horizonte a superação das relações sociais capitalistas*. Nesse interim, a educação voltada às populações do campo deve engendrar processos de transformação social capazes de consolidar a formação humana, a busca do conhecimento e a garantia de permanência do homem do campo em sua terra. Assim, a Educação do Campo como elemento novo na luta pela cidadania do homem do campo, traduz-se em *caráter efetivo que deve ser traduzido e inserido em um ambiente de homens e mulheres que produzem cultura e que caminham em busca da cidadania*. (NASCIMENTO; RIBEIRO; SOUZA, 2009, p.10).

Reafirmando a Educação como arcabouço de um projeto territorial tendo a sustentabilidade como anseio e a construção de um projeto de homem e de nação, Hage (2005, p. 61), enfatiza que a Educação do Campo precisa ser assumida como política de Estado, permitindo assim uma nova configuração no retrato das escolas rurais. O autor, frente à realidade das populações camponesas da Amazônia, sublinha que a heterogeneidade, característica primordial deste Bioma, deve ser *valorizada e incorporada nos processos e nos*

espaços e espaços de elaboração e implementação de políticas e propostas educacionais para a região.

Assumindo sua posição como protagonista das políticas públicas clamadas pelos sujeitos camponeses, a Educação do Campo em Miranda (2015, p.165), destaca-se pelo respeito *às singularidades do povo ao qual se destina*, ressaltando que na especificidade do cenário amazônico, deve acima de tudo atender aos aspectos *macro e micro que orientam as ações e as concepções dos camponeses amazônicos* (MIRANDA op. cit., p.167).

Destacando a Educação do Campo como ação mobilizadora que tem na Pedagogia da Alternância o seu método por excelência, Ribeiro (2008, p.30), aponta para o fato de que esta *tem o trabalho produtivo como princípio de uma formação humanista que articula dialeticamente ensino formal e trabalho produtivo*. Dito isto, a Pedagogia da Alternância voltada às ações de Educação do Campo, é em suma elemento sinalizador de um novo projeto de sociedade e de educação emancipatória.

Nascida da experiência das “Maison Familiare” francesas e transportada para o cenário dos Centros Familiares de Formação por Alternância - CEFFAs, a Pedagogia da Alternância é uma metodologia baseada no desenvolvimento educativo em vários períodos, lugares e atividades formativos, fazendo não apenas pura e simplesmente a modificação de um espaço físico e de práticas educacionais no processo formativo, contudo, procura interconexões entre os momentos de construção do conhecimento obtidos nos espaços físicos de uma sala de aula, com aqueles nos quais esses conteúdos epistemológicos são testados e dilatado com as experiências de vida no seio da realidade do educando em seu dia-a-dia. Para Gimonet (2007, pag. 19),

Com a Pedagogia da Alternância deixa-se para trás uma pedagogia plana para ingressar numa pedagogia no espaço e no tempo e diversificam-se as instituições, bem como os atores implicados. Os papéis destes não são mais aqueles da escola costumeira. O jovem (pré-adolescente ou jovem adulto) em formação, isto, “alternante”, não é mais um aluno na escola, mas já um ator num determinado contexto de vida e num território.

Numa Educação do Campo que pretenda repensar o espaço educativo do campesinato em suas diversas singularidades, redesenhando o desenvolvimento do território brasileiro, Molina (2002, p.39), é incisiva ao afirmar que cabe a esta, *ajudar na compreensão de que a relação não é hierárquica, mas de complementariedade: a cidade não vive sem o campo e vice-versa*. Assume então a Educação do Campo a tarefa de promotora da garantia dos direitos à

escolarização plena dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e do desenvolvimento social, político, econômico e cultural desses sujeitos.

O Projeto Residência Agrária Jovem e a experiência do Pronera na Qualificação da Juventude Rural no espaço educativo amazônico no município de Cametá.

As ações mais desbravadoras e ambiciosas Educação do Campo através do Pronera no espaço educativo amazônicos se deram na chamada Região do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, através da implantação de um Curso de Residência Jovem “Qualificação da Juventude Rural em Nível Médio Integrado com Curso Profissionalizante de Agropecuária no Município de Cametá/PA, operacionalizado na Casa Familiar Rural daquele município. Fruto da parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Conselho Nacional da Juventude – CNJ (Chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPq N°. 19/2014 – Fortalecimento da Juventude Rural), foi proposto e administrado pela Universidade Federal do Pará, através do Campus Universitário do Tocantins/Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO/Município de Cametá.

O grande desafio deste novo horizonte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é sem dúvida, proporcionar visibilidade educativa aos jovens oriundos dos projetos agrários implantados na Região Tocantina Paraense e que até então se encontravam alijados dessa política pública educacional. Nascido do clamor dos movimentos sociais e sindicais pela garantia de acesso a escolarização de jovens e adultos trabalhadores rurais, o Pronera inicia duas ações no ano de 1998, como política pública auxiliadora no debate *acerca do direito dos povos do campo e de outras esferas públicas* (FÉLIX, 2015).

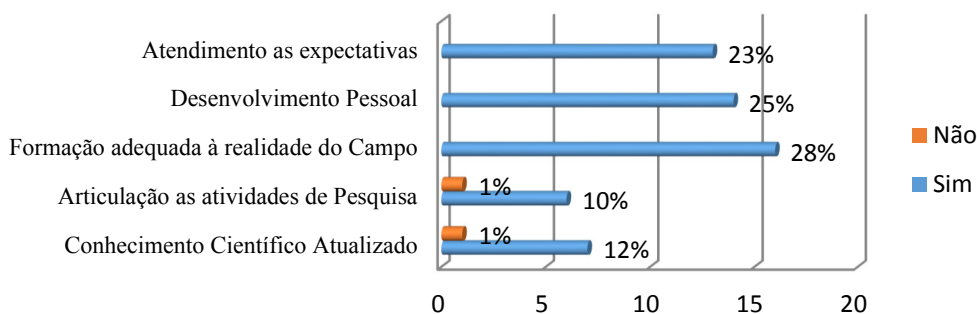
Com o objetivo de promover a capacitação profissional e a extensão tecnológica e inovadora de estudantes de nível médio na faixa etária de 15 a 29 anos, o projeto de Residência Agrária Jovem, desenvolvido na Casa Familiar Rural de Cametá, teve a participação de 56 alunos bolsistas, regularmente matriculados nesta unidade de formação educacional humana no campo. Pensado a partir da proposta de integração e valorização das heterogeneidades presente na gênese das ações de educação do campo, congregou jovens agricultores oriundos de 04 (quatro) municípios paraenses, sendo 79% de Cametá, 16% de Limoeiro do Ajurú, 4% de Oeiras do Pará e 2% de Igarapé-Miri. Ainda sobre a distribuição dos alunos beneficiários deste projeto de intervenção, foi constatado que 32 jovens têm sua origem nas Ilhas que integram os Projetos de Assentamento Agroextrativistas nesta região, o que corresponde a 56% do total de

alunos. Já os jovens originários de Assentamentos tradicionais somam 17 indivíduos, compondo 31 % dos educandos e 07 indivíduos são provenientes de áreas quilombolas, o que representa um percentual de 13% do total do alunado.

Ao analisarmos as dimensões sociais e as contribuições da operacionalização do Curso de Residência Agrária Jovem no município de Cametá, percebemos que o Pronera mantém o compromisso de desenvolvimento de uma educação em consonância com as demandas das comunidades campesinas em seus mais diferentes aspectos e sob suas diversas composições espaciais, quando congrega a utilização dos conhecimentos básicos inerentes a estrutura primária do conhecimento técnico, atrelado a aprendizagem significativa e a realidade das populações rurais. (CASSOL, 2014).

No Gráfico 1 é possível perceber a intrínseca percepção do grau de contribuição que o curso em análise, proporcionou aos jovens que dele fizeram parte. Em uma ampla visão da importância desse projeto de intervenção, destaca-se que para 76% do alunado, o curso trouxe significativo desenvolvimento no que tange a utilização dos conhecimentos em seu dia-a-dia, desenvolvimento enquanto pessoa e atendimento dos anseios.

Gráfico 1 – Contribuições do Curso de Residência Agrária Jovem para os Educandos.



Fonte: Relatório de Acompanhamento e Fiscalização INCRA/SR-01/PRONERA/Nº.002/2017.

Fonte: Dados de Pesquisa (2017).

Os resultados demonstram que a estrutura pedagógica do modelo de alternância desenvolvido pelos projetos de Educação do Campo, traz em seu bojo, uma dinâmica diferenciada para o processo educacional no meio rural, principalmente aqueles que segundo Nawroski (2012, p.11), foram *historicamente, menos contemplados pelo direto à educação*. Neste contexto, observou-se no desenvolvimento do projeto, que a Pedagogia da Alternância trouxe para as ações educativas a formação em diferentes períodos de trabalho e estudo, em um

processo inerente que visa não destruir o contato do educando com o seu lugar de origem.

Em seus lócus de construção do conhecimento, a Pedagogia da Alternância trabalhada no projeto de Residência Agrária Jovem na Casa Familiar Rural de Cametá, consolidou a preparação dos jovens para enfrentarem suas realidades de trabalho, baseado em uma aprendizagem significativa, onde possam demonstrar habilidades e versatilidade em vários contextos do mundo do trabalho e das relações sociais.

Ainda sob a égide de uma educação para o desenvolvimento do campo e de seus principais atores, o Pronera através do Curso de Residência Jovem consagrou a importância do ensino embasado e construído no campo e para o campo, num contexto de valorização das identidades das populações rurais e a construção de estruturas de conhecimento que considerem as especificidades desses sujeitos (HAGE, 2005).

Conclusões.

Ao possibilitar a ampliação da escolaridade dos jovens, filhos dos agricultores do campo, das águas e das florestas amazônicas tocantinas, o projeto de Residência Agrária Jovem, desenvolvido na Casa Familiar Rural de Cametá, através do Pronera, permitiu a potencialização do desenvolvimento do meio rural enquanto espaço de construção e reconstrução social, onde emerge o cidadão transformador, senhor de seu próprio destino e arquiteto dos projetos educacionais que lhes são significativos (CALDART, 2002).

Enquanto política facilitadora de cidadania para a construção de sujeitos de direitos, protagonistas de seu próprio desenvolvimento, o Pronera por intermédio da implantação de projetos educativos atrelados a natureza intrínseca da realidade dos agricultores é, um instrumento social de importância singular na estrutura da política de educação do campo na Amazônia e na emancipação político-social dos trabalhadores e trabalhadoras das terras e das várzeas.

Nesta perspectiva, as ações integradas de acompanhamento dos projetos educacionais atrelados ao Pronera na Amazônia Tocantina, são mecanismos de apoio e dinamização das iniciativas por uma educação do campo emancipatória e comprometida com o desenvolvimento pleno da cidadania. Cabe ao poder público a garantia e o fortalecimento dos projetos educacionais em sua natureza técnica, voltados à ampliação da escolaridade dos jovens no campo e a seguridade de uma educação para o desenvolvimento da agricultura familiar e da sustentabilidade do meio físico e do meio humano.

Referências

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção, in KOLLING, E. Jorge et al (Orgs.). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº. 4.).

CASSOL, Cláudia Cristiana. **Qualificação da Juventude Rural em Nível Médio Integrado com Curso Profissionalizante de Agropecuária no Município de Cametá/PA**. Projeto de Intervenção. Cametá/PA, FECAMPO/CUTINS/UFPA, 2014.

FÉLIX, Nelson Marques. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): História, Estrutura, Funcionamento e Características In: MARTINS, Maria de F. Almeida; RODRIGUES, Sônia da Silva (Orgs.). **Pronera**: experiências de gestão de uma política pública. São Paulo: Compacta, 2015.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Tradução de Therry de Burghgrave. Petrópolis – RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007. (Coleção Aidefa – Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância).

HAGE, Salomão Mufarrej. Educação na Amazônia: Identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares, In: HAGE, Salomão Mufarrej (ORG.). **Educação do Campo na Amazônia**: retratos de realidade das Escolas Multisseriadas no Pará. 1ª ed. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2005.

MIRANDA, Juliany Serra. Políticas Públicas de Educação do Campo - Política de Formação de Professores do Campo: um estudo do Curso de Licenciatura em Pedagogia das Águas (PRONERA), In: MARTINS, Maria de F. Almeida; RODRIGUES, Sônia da Silva (Orgs.). **Pronera**: experiências de gestão de uma política pública. São Paulo: Compacta, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. Desafios para os Educadores e as Educadoras do Campo, in: KOLLING, E. Jorge et al (Orgs.). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº. 4.).

MUNARIM, Antonio; BELTRAME, Sônia A. Branco; CONDE, S. Franzoni.; PEIXER, Z. Isabel. (Orgs.). **Educação do Campo**: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

NASCIMENTO, Afonso W. de Sousa; RIBEIRO, Edinéia Bandeira; SOUZA, Orlando N. Bezerra. **Política Educacional no Brasil e a Escola do Campo: limites e desafios.** Revista Margens Interdisciplinar. V. 5, n.6, jun/2009.

NAWROSKI, Alcione. **Aproximações da Pedagogia da Alternância com a Escola Nova.** IX Seminário de Pesquisas em Educação da Região Sul. Universidade de Caxias do Sul - RS, 2012.

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos. Educação do Campo: discutindo conceitos e perspectivas, in OLIVEIRA, José P. Garcia; RODRIGUES, Doriedson S.; SILVA, João B. do Carmo; MENDES, Odete da Cruz (Orgs.). **Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina.** Cametá, PA: Universidade Federal do Pará – UFPA/Cametá, 2012.

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da Alternância na Educação Rural/do Campo: projetos em disputa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.1, p.027-045, jan/abr. 2008.